



MANDATO 2021-2025

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA Nº3

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França em Sessão Ordinária, por videoconferência, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário João Carlos Ventura Ramos, e pela Segunda Secretária, Elsa Maria Noura do Sacramento. -----

Estiveram presentes, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo Partido Socialista (PS): -----

António Neira Nunes, José de Carvalho Ferreira, Maria Eugénia Sabino Guerreiro Colaço e Maria Luíza Correia Valente; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): -----

Idália Maria Tiago Custódio, Ana Sofia Moutinho Calado e Gonçalo Miguel Martins Gomes; -----

Pelo Partido do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP): -----

Pedro Raul Pires Dias de Calheiros Cardoso e Sofia Rita dos Santos Peralta Félix Teixeira; -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----

Maria de Lourdes Dionísio Duarte Borges e Renato José dos Santos Lucas Caldinhas;

Pelo Bloco de Esquerda (BE): -----

Joana Filipa Amaral Grilo e Maria da Conceição Souza Sobrinho; -----

Pelo Livre: -----

João Filipe Lourenço Monteiro; -----

Pelo Chega: -----

Ana Maria Dias Alves; -----

Pelo Pessoas-Animais-Natureza (PAN): -----

Elisabete Cristina Sanz Silva da Cunha Alcobia Claro; -----



A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia* cumprimentou todos os presentes, informou sobre as substituições que iriam ter lugar e indicou que a Sessão estava a ser transmitida em direto no Canal de Youtube da Junta de Freguesia. -----

Informou que aquela Sessão Extraordinária se estava a realizar a requerimento de três Forças Políticas, perfazendo um terço das Forças Políticas representadas na Assembleia de Freguesia, assinado pelo CDS/PP, pelo PSD e pelo BE, e ao abrigo do Artigo 34º do Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

----- **PONTO NÚMERO UM** -----

Intervenção do Público

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia* informou os inscritos de que dispunham de cinco minutos para expor as suas questões, apelando à sua capacidade de síntese. -----

O município *Jorge Manuel Neves*, saudou os presentes, e parabenizou o Executivo pela vitória obtida nas últimas eleições. -----

Em primeiro lugar, reportando-se às obras na Rua Nery Delgado, indicou que não via nenhum funcionário lá a trabalhar e indicou que alguém tinha colocado que a obra só terminaria em 2028. Solicitou um ponto de situação da obra à Senhora Presidente, dado o transtorno que a obra estava a causar aos moradores. -----

Em segundo lugar, relativamente à Casas do Padre Damião, indicou que os prédios estavam cheios de humidade, que os elevadores já não funcionavam, indicando que não tinha conseguido apurar se os proprietários eram a Câmara Municipal de Lisboa ou particulares, solicitando a intervenção da Junta no que fosse possível. -----

Em terceiro lugar, e relativamente à higiene urbana, informou que os proprietários de uma mercearia tinham colocado lixo fora dos contentores, e que o tinham maltratado a ele e ao Assistente Operacional que os tinham abordado naquele sentido, solicitando que fosse feita mais fiscalização, uma vez que a Freguesia estava mais porca e mais suja. ----

Indicou saber que havia falta de pessoal e que já tinha sido informado de que em março seria aberto um concurso, mas questionou se iriam esperar até março deixando a situação agravar-se. -----

Indicou que tinha estado naquela escola, como Secretário da Secção de Voto nº20, naquela escola, no domingo anterior, e as condições não tinham sido as melhores, tendo as pessoas que passar pela Secção de Voto para poderem ir à casa de banho. -----

Relativamente ao Banco Alimentar, alertou para o facto de haverem pessoas que recebiam o apoio há mais de vinte anos e sem terem necessidade, e que a responsável dizia que não ter nada a ver com a vida particular de cada um, sugerindo que fosse feita uma fiscalização dessas situações de forma a poder apoiar pessoas que realmente precisam e que tinham vergonha de se expor. -----

O munícipe **Teodósio de Almeida Gerardo**, saudou os presentes, e indicou que vinha, novamente, solicitar que o esclarecessem e que resolvessem o problema da Av. Mouzinho de Albuquerque. -----

Em primeiro lugar, indicou que os caixotes do lixo continuavam a céu aberto, com o lixo espalhado, referindo que já vinha há seis anos a pedir que colocassem ecoilhas, sem que tivesse obtido qualquer resposta. -----

Em segundo lugar, indicou que os passeios junto às passadeiras, da rotunda para baixo, continuavam altos, tendo pedido o seu rebaixamento sem que tivesse obtido qualquer resposta. -----

Em terceiro lugar, indicou que já tinha pedido à Junta de Freguesia para retirar os pilaretes de pedra, que só serviam para os cães urinarem, sem que tivesse obtido qualquer resposta, ao mesmo tempo que o resto da Freguesia tinha pilaretes de ferro e de plástico, parecendo que a avenida era desprezada pela Junta. -----

Em quarto lugar, indicou que tinha solicitado a colocação de lombas, tendo em conta o número de viaturas que lá passavam a alta velocidade por dia, contando já seis mortes por acidente naquela avenida. -----

Em quinto lugar, indicou que os sinais luminosos estavam constantemente intermitentes, sem que desse tempo para as pessoas com dificuldades de locomoção de atravessar após terem carregado no botão. -----

Solicitou, mais uma vez, que a Junta de Freguesia resolvesse aquelas situações que há seis anos que eram reivindicadas e para as quais não tinham qualquer resposta da Junta, tendo contactado os serviços de mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa que o tinham informado de que a Junta não lhes tinha enviado quaisquer ofícios, e tendo tido igual resposta da parte dos serviços de higiene urbana. -----

Solicitou que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia desse uma resposta aos moradores e apelou às Forças Políticas que visitassem a Avenida Mouzinho de Albuquerque, numa qualquer segunda-feira de tarde, de forma a poderem testemunhar a

vergonha em que se encontrava aquela via, e solicitou a sua ajuda de forma a resolver aquelas situações. -----

A munícipe **Sandra Campos**, saudou os presentes, e indicou que na zona de São João nunca tinham tido problemas com os sem-abrigo, até àquela altura, e desde a semana anterior tinham, no largo da Rua Paio Peres Correia, um sem-abrigo a dormir em cima de um colchão, tendo a Polícia de Segurança Pública sido chamada várias vezes sem que tivesse aparecido, e o número de sem-abrigos já tinha aumentado, encontrando-se muitas vezes embriagados, sendo também dependentes de algumas substâncias e já tinham começado a incomodar as pessoas e a segui-las, inclusivamente a ela, fazendo com que se sentisse insegura na sua própria rua ao fim de quarenta e tal anos. -----

Relativamente àquela questão indagou o que a Junta podia fazer, tendo já criado a ocorrência na aplicação ‘*NaMinhaRua*’ e tendo já avisado a Polícia de Segurança Pública.-----

Indagou, também, o que se passava com a Quinta do Lavrado, nomeadamente com as instalações para albergar os quarenta sem-abrigo, uma vez que transitavam muitas vezes para a Praça Paiva Couceiro, estando a começar a descer a Avenida Afonso III e a deambular naquela zona, encontrando-se, também, dois a viver em carros abandonados na Avenida Afonso III, um em frente ao Centro de Saúde e outro num carro que, entretanto, já tinha sido rebocado, mais abaixo. -----

Relativamente ao Regimento da Assembleia, dirigia-se a todos os Deputados, dado que a decisão era sua, e referiu que àquela hora podia estar em casa a fazer aquela mesma intervenção, mas a decisão de realizar a Sessão presencialmente tinha sido tomada. -----

Recordou que na Sessão anterior tinha usado o termo “híbrido”, mas possivelmente não se tinha feito entender, querendo dizer que o moradores que pretendessem participar via online poderiam e deveriam fazê-lo, tal como presencialmente, não sendo obrigados a ter de ir para ali àquela hora, para falarem cinco minutos sem poder contrarresponder, e depois terem de se ir embora, ficando respostas por ser dadas, questões que ficavam por ser ouvidas, e cinco minutos não era nada, sem que fosse dada a possibilidade de estar online. Uma vez que estavam em 2022, aquela questão devia de ser pensada a nível de cidadania. -----

Relativamente aos BIP/ZIP, referiu que continuavam a aguardar por um parque e não por umas hortas. Recordou que tinha questionado a Senhora Presidente sobre a existência

de estudos sobre a salubridade das terras, tendo sido remetida para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

Tendo em conta que tinha sido a Junta de Freguesia a aceitar que o BIP/ZIP da Associação Regador fosse feito na Freguesia, gostava de perceber onde estavam aqueles estudos que garantiam que o que ali estava a ser plantado tinha qualidade para servir de alimentação, tratando-se aquilo de uma mera reflorestação, devendo os BIP/ZIP ser pensados para um número de população maior, e não apenas para um grupo de quinze pessoas que estavam ali a tratar das hortas ao fim-de-semana. -----

O Deputado *Pedro Cardoso*, do CDS-PP, saudou os presentes, e referiu que o CDS iria voltar a falar numa questão extremamente sensível e que dizia respeito às condições para que os cidadãos pudessem participar, ficando mais do que provado de que, em pleno tempo e modernidade em que se vivia, que a Assembleia/Conselho de Cidadãos fazia falta, de forma a que pudessem participar e discutir aquilo que era o governo da Freguesia noutro horário. -----

Relativamente ao Regimento, indicou que o CDS tinha uma proposta de alteração para que o período destinado ao público passasse para 90 minutos, com direito ao contraditório, uma vez que as respostas podiam não ser dadas de acordo com a questão levantada. -----

Indicou que para o CDS a Avenida Mouzinho de Albuquerque era território um tanto ou quanto abandonado. -----

Relativamente aos sem-abrigo e ao Banco Alimentar, alertou para que não fosse criado um preconceito ou algum tipo de achismo, não sendo sinal exterior de riqueza uma pessoa deslocar-se de táxi, e o que recebiam do Banco Alimentar por vezes não dava para uma semana, quanto mais para um mês, e era aquilo que os levava a questionar que tipo de Desenvolvimento Social tinham na comunidade, o que tinham e o que queriam, e se, de facto, potenciava a autonomia das pessoas, como é que deixavam as pessoas da sua comunidade chegar à situação de sem-abrigo e o que faziam em relação à situação, tendo a Junta de Freguesia um núcleo de Desenvolvimento Social, mas não deixava de ser curioso ver-se muito pouco de Desenvolvimento Social e muito de situações de pobreza a longo tempo. -----

Referiu que devia ser feita uma reflexão sobre que tipo de Desenvolvimento Social tinham na Penha de França. -----

Relativamente à Higiene Urbana indicou que os relatos o tinham deixado um pouco espantado, uma vez que a última informação da parte do Executivo era de que os trabalhadores da higiene urbana tinham sido incorporados nos quadros, e uma vez que tinham pessoal, o que estava a faltar mais para solucionar as questões de higiene urbana, que cada vez mais parecia o parente pobre da comunidade. -----

A Deputada **Joana Amaral Grilo**, do BE, saudou os presentes, e referiu que a higiene urbana continuava a ser um problema na Freguesia e, na opinião do BE, todos os contentores a céu aberto deviam de ser ecovilas ou ecoilhas, e percebiam-se quais eram os espaços mais esquecidos da Junta, mas era urgente que os contentores, que eram problemas gigantes de salubridade e de higiene, fossem enterrados. -----

Relativamente à Avenida Mouzinho de Albuquerque, indicou que era uma via esquecida, com um projeto para o Vale de Santo António eternamente à espera de ser desenvolvido, mas até o ser deviam de ser colocadas lombas e garantir que os semáforos estivessem em funcionamento, podendo ser criado um espaço verde temporário. -----

Relativamente ao Banco Alimentar, manifestou o seu pesar pela existência de pessoas que recebiam, havia já muitos anos, o apoio, não sendo uma condição a gosto das pessoas nem algo que a Junta quisesse prezar por ter, concordando com o CDS de que o Desenvolvimento Social não estava a ser feito da melhor forma, havendo muito trabalho ainda a ser desenvolvido, não devendo de haver um escrutínio de que recebia o apoio. --

Indicou saber de situações em que o apoio tinha sido negado, não devendo o apoio para comida ser negado, em momento algum, pela Junta. -----

Relativamente à questão dos sem-abrigo, indagou se as situações já tinham sido mapeadas e qual o seguimento que, a nível da Ação Social, estavam a ter. -----

O Deputado **Gonçalo Gomes**, da CDU, saudou os presentes, e referiu que as intervenções dos moradores deixavam claro o falhanço que tinha vindo a ser a transferência das competências da Câmara Municipal de Lisboa para as juntas de freguesia, medida para a qual os eleitores e vereadores da CDU tinham vindo a alertar, indicando que eram precisos mais recursos humanos, trabalhadores com condições de trabalho dignas e mais recursos técnicos, para que as ruas estivessem limpas. Referiu que existiam sete trabalhadores da higiene urbana em condições de trabalho precário, mais vinte em regime de prestações de serviço ao qual o executivo se referia como sendo colaboradores. A CDU entendia que quem limpava e garantia o funcionamento da



Freguesia merecia dignidade no seu trabalho, indicando que os eleitos da CDU iriam estar presentes para o garantir. -----

O Deputado **João Monteiro**, do Livre, saudou os presentes, e referiu que relativamente ao indicado pelo munícipe, cujo nome não tinha fixado, as dificuldades que esse munícipe encontrava na Avenida Mouzinho de Albuquerque, que se iria comprometer, nas próximas semanas, a ir fiscalizar o que lá se passava, sendo que era uma avenida que conhecia bem, que a frequentava com regularidade e estaria mais atento nas próximas vezes que lá iria, porque a mobilidade e o ambiente eram uma prioridade para o Livre e iria fazer uma avaliação daquilo que iria ver e estabeleceria algumas propostas junto do executivo de modo a que todos juntos pudessem melhorar essa zona da freguesia. -----

Referiu-se aos dois pontos da munícipe Sandra Campos, relativamente ao modelo de Assembleia híbrido, com software livre, o qual teria de se garantir isso e iria fazer a avaliação e apresentar proposta nesse sentido. -----

Relativamente ao ponto dos sem abrigos referiu que é uma preocupação não só do Livre, mas de toda a Esquerda, para todas as pessoas que assim precisavam, inclusive da classe média, porque a habitação pública não podia ser só dirigida para aqueles com extrema necessidade, tendo de ser um serviço que as autarquias teriam que fornecer à maioria dos seus habitantes para trazer mais habitantes para a Cidade, referindo que essa competência não era só da Junta mas também da Câmara Municipal de Lisboa e de que modo se conseguia trabalhar em conjunto, com todas as forças políticas, porque a habitação era um direito humano de todos. -----

A Deputada **Idália Tiago**, da CDU, saudou os presentes, e fez referência aos problemas sociais referindo que a abordagem feita a estes problemas não seja a mais eficaz ou a mais correta, na sua opinião. Afirmou que aqueles problemas sociais não apareciam quando ficavam visíveis nas ruas, no bairro ou freguesia. Referiu que em 2022 haviam sem-abrigo em Lisboa e no resto do País, e afirmou que haviam muitos e pelo facto de não se verem não queria dizer que não existam, sendo aquele um problema social em que todos se deviam empenhar para o conseguir resolver, referindo que tinha de se resolver não impedindo as pessoas de estarem nos sítios, não os podendo barricar num determinado sítio, não permitindo que saiam de lá. Referiu ainda que há sem abrigos na Quinta do Lavrado, mas que os mesmos são acompanhados por uma associação, na qual as pessoas



podem sair, não estando presas. Referiu ainda que há um problema grave de pobreza no país, na cidade e na freguesia e que para a solução desse problema tinham de contar todos.

Referindo-se ao Banco Alimentar afirmou haver pessoas que após 20 anos pediam comida, sendo essa a maior tristeza. -----

Em relação às reuniões afirmou não ver nenhum inconveniente ao modelo híbrido, mas se se quer valorizar a participação dos munícipes e trazê-las a participar, referiu que só presencialmente, porque nem todas as pessoas tinham a capacidade de ter meios como um computador, internet e a capacidade de utilizar esses meios para participar numa reunião. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** lembrou que cada força política só dispunha de três minutos para intervir segundo o regimento aprovado por unanimidade naquela assembleia. -----

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, saudou os presentes, felicitando a participação de todos os munícipes presentes. -----

Relembrou que a bancada do PSD tinha solicitado, na última assembleia, a informação sobre o planeamento da limpeza das ruas da freguesia, algo que não tinha recebido ainda.

Referiu que no antigo mandato do município tinha sido efetuado, em tempo de pandemia, a abertura de alguns centros de acolhimento para pessoas em situação de sem-abrigo. Referiu que após a saída do estado de emergência, essas pessoas foram colocadas na rua. Questionou porque não tinha havido uma continuidade daqueles centros que tinham sido abertos, salientando que embora já tivessem saído do estado de emergência, continuavam em pandemia. -----

Em relação às Sessões da Assembleia serem híbridas, afirmou que a bancada do PSD não via nenhum inconveniente, mas indicou ser importante que os munícipes se deslocassem pessoalmente para falar frente a frente, para melhor se darem a conhecer e melhor conseguirem lutar pelas dificuldades em que a Junta de Freguesia tinha tido ao longo dos meses e anos em arranjar soluções em certas áreas que são importantes na freguesia. -----

A Deputada **Ana Dias Alves**, do Chega, saudou os presentes, e referiu que, em relação aos sem-abrigo, a Junta de Freguesia tinha conhecimento e afirmou que a Junta tinha falta de vontade de tirar as pessoas da rua. -----



Em relação à limpeza das ruas, referiu que a questão tinha sempre sido um cavalo de batalha para o Chega, referindo que era vergonhoso o estado das ruas e dos estacionamento. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias** saudou os presentes, dando uma palavra em especial aos trabalhadores da Junta presentes que, após um domingo de eleições, estavam a organizar a assembleia. -----

Respondendo ao munícipe Jorge Neves sobre o motivo da paragem das obras da Rua Nery Delgado, a mesma devia-se a casos de covid, estando os trabalhadores em isolamento. -----

Informou ainda que tinha resposta da Câmara Municipal de Lisboa, confirmando que a obra iria ser retomada na próxima segunda-feira. -----

Relativamente ao assunto da Casas do Padre Damião informou que era um assunto que a Junta de Freguesia tinha vindo a acompanhar com a Câmara Municipal de Lisboa. Referiu que em 2012, com o auto de transferência, aquelas casas que eram propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, sob gestão do Centro Paroquial e Social da Penha de França, tinham sido transferidas para a Junta de Freguesia, mas nunca na verdade tinha acontecido. Informou que a Junta de Freguesia estava em negociações com o património da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de haver um envelope financeiro, que permitisse a conservação e a gestão daquele edificado, que nunca tinha sofrido obras de manutenção nem de conservação. Informou que havia um pedido do Centro Paroquial, no sentido de ser a Junta de Freguesia a assegurar a gestão daquelas casas e cuidasse dos idosos que lá moram. Afirmou que o processo é complicado, estava esquecido, sendo um caso único na cidade de Lisboa, mas que já tinha questionado o novo Executivo, estando a aguardar desenvolvimentos. -----

Relativamente à higiene urbana informou que os três trabalhadores que estavam a trabalhar na rua que o munícipe referiu, não eram seguramente só aqueles três trabalhadores que estavam a trabalhar na freguesia inteira. -----

Relativamente à distribuição das mesas de voto afirmou que foram alteradas, nas eleições autárquicas, fruto da pandemia, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que toda aquela distribuição era feita com a Câmara Municipal de Lisboa, mas informou que a Junta terá em atenção aquela localização. Informou que eram

equacionadas várias opções e que se optava sempre pela menos custosa, mas que seguramente que havia uma razão para aquela opção. -----

Relativamente ao Banco Alimentar referiu que não era a Junta de Freguesia que determina quem recebe ou não o Banco Alimentar, sendo que a única participação que a Junta de Freguesia tinha, relativamente aos três bancos alimentares que existem associados às três paróquias, era de proporcionar o transporte que permitia aos bancos irem buscar os bens alimentares e não determinava quem recebia o quê. -----

Informou que já tinha reunido com a Federação dos Bancos Alimentares, com a Dra. Isabel Jonet, para encontrar soluções mais adequadas ao banco alimentar da paróquia do Centro Paroquial da Penha de França, mas frisou que não era a Junta de Freguesia que determinava quem recebe do banco alimentar. -----

Relativamente às questões da Avenida Mouzinho de Albuquerque, colocadas pelo município Teodósio Gerardo, informou que os problemas da altura dos passeios não tinham surgido há seis anos, mas muito anterior e que embora fosse presidente há seis anos, aqueles problemas não tinham começado naquele dia. -----

Informou que tinha havido uma alteração do tráfego, uma alteração com semaforização, na sequência de um acidente que tinha havido em frente à Escola Patrício Prazeres. Informou que aquela via, para a Câmara Municipal de Lisboa, tinha relevância em termos de distribuição do tráfego no acesso ao centro da cidade, sendo complicada a implementação de medidas de acalmia do tráfego. -----

Indicou que atualmente não se colocavam lombas, mas sim passadeiras elevadas, com pavimento rugoso, eventualmente pintadas de encarnado, para chamar a atenção dos condutores. Informou que reunia continuamente com a Câmara Municipal de Lisboa, pedindo medidas de acalmia do trânsito, à semelhança do que se fazia na Avenida Marechal Francisco da Costa Gomes, onde recentemente tinham começado a funcionar semáforos. -----

Relativamente às baterias de contentores e ecopontos, informou que era uma questão que era acompanhada muito de perto com a Câmara Municipal de Lisboa. Informou que a introdução de ecopontos era uma decisão da Câmara Municipal de Lisboa, que a Junta de Freguesia propunha a localização não só de novos, mas como a substituição ou alteração dos sítios onde eles existem, a par do desenvolvimento de projetos pilotos em relação à recolha seletiva, havendo já alguns na freguesia, mas ainda estavam

disseminados. Referiu que a solução dos ecopontos não era a solução de todos os problemas, porque havia a deposição ilegal de resíduos à volta dos ecopontos, informando que por essa razão a Câmara Municipal de Lisboa delegava na Junta de Freguesia a recolha do lixo à volta dos ecopontos, fazendo a Junta de Freguesia várias passagens por dia. Afirmou, fazendo a defesa do trabalho que a higiene urbana realizava, que havia uma grande componente de falta de civismo por parte das pessoas que faziam aquele depósito ilegal de lixo. Informou que acompanhava a necessidade da instalação de ecopontos e que iria batalhar naquele sentido. -----

Relativamente à questão dos sem-abrigo, afirmou, como costumava dizer, que a Penha de França tinha há muitos anos sem-abrigo a pernoitar, contrariando a ideia de que aquilo não existiu, mas que era pouco frequente verem sem-abrigos na Rua Morais Soares ou em zonas longe de Xabregas, mas que também não podiam afirmar que por causa da abertura de uma nova resposta para quarenta pessoas na Quinta do Lavrado, que os sem-abrigos que eram vistos vinham de lá. Os sem-abrigo que o munícipe referenciou já estavam sinalizados à Santa Casa, à Câmara Municipal de Lisboa, e às associações que trabalhavam naquela área. Mas informou que aquele era um trabalho de sensibilização, diário, no sentido de elas permitirem serem ajudadas, não podendo ser obrigadas. Mais informou que, ainda que fossem pessoas doentes, só em casos muito graves, em que constituíam um perigo para si próprios ou para terceiros, é que podiam ser internados, sendo aquele um trabalho de diálogo. Informou que a Junta de Freguesia sinaliza, mas que depois eram as equipas de rua, com técnicos especializados, que já estabeleciam uma relação de confiança com as pessoas em situação de sem-abrigo, conseguindo ou não inverter aquelas situações, lembrando que haviam bons casos ao longo do tempo. Afirmou que, felizmente, a freguesia não era uma freguesia onde habitualmente houvessem muitos sem-abrigo e tinha-se conseguido dar resposta aos casos que tinham aparecido. Afirmou também que, como se sabia, tinham havido respostas ao nível municipal, que tinham sido encerradas e havendo um aumento exponencial por causa da pandemia, estando ainda todos a sofrer aqueles efeitos. -----

Relativamente à questão do Regimento, não sendo matéria que dissesse respeito à Junta de Freguesia, referiu que, em respeito para com os eleitos, um período de intervenção do público que fosse tão longo que permitisse a intervenção, resposta, réplica e tréplica, não tinha qualquer suporte na Lei, baseando-se naquilo que acontecia quer a



nível da Assembleia Municipal, quer a nível das reuniões públicas da Câmara Municipal de Lisboa. -----

Indicou que a Assembleia de Freguesia era o local para os Eleitos reunirem, discutirem, votarem e aprovarem. Frisou que o público tinha, obviamente, o seu período de intervenção e de exposição dos seus problemas, com ou sem resposta imediata, como acontecia na Assembleia Municipal, onde não havia resposta imediata nem existindo intervenção das bancadas e muito menos havia réplica ou tréplica, às respostas que eram dadas. Indicou ainda que, na sua opinião, não fazia sentido que os eleitos tivessem de estar ali presencialmente e que depois as pessoas estavam em casa, entendendo que toda a situação tinha um custo pessoal, o que não queira dizer que não houvessem formas híbridas de ouvir as pessoas. Afirmou que a questão suscitava as maiores dúvidas, mas que era um assunto da Assembleia. -----

Relativamente aos BIP/ZIP, informou que eram da Câmara Municipal de Lisboa e não da Junta de Freguesia, e indicou tratar-se de verbas que a Câmara Municipal de Lisboa atribuía a projetos que eram votados pelos cidadãos, juntamente com parceiros. Afirmou que tinha existido um tempo em que as juntas de freguesia eram promotoras, mas a Câmara Municipal de Lisboa, em determinado momento, entendeu que as juntas já não deviam ser promotoras. Informou que quem intervinha nos BIP/ZIP era a Câmara Municipal de Lisboa e as associações de base local, podendo e devendo a Junta acarinhar grupos de cidadãos que se preocupassem com o seu território, não sendo decisões da Junta de Freguesia. Referiu que a questão que a moradora Sandra Campos tinha colocado legitimamente, podendo concordar ou discordar, estava a ser colocada num patamar errado, sendo que tinha sido aquela a razão pela qual tinha obtido a resposta ao seu email. Informou que era junto da Câmara Municipal de Lisboa que devia de obter uma resposta, porque tinha sido a Câmara Municipal de Lisboa a aprovar aquele projeto. Afirmou que não tinha lido o estudo e não lhe sabia responder, porque não esteve na base da decisão.-

Informou que qualquer projeto como a Regador, ou qualquer outro BIP/ZIP que viesse a ser decidido pela Câmara Municipal de Lisboa, teria o apoio da Junta, porque se entendia que qualquer cidadão que se preocupava com o seu território, devia ser apoiado pela Junta de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOIS

Nomeações datadas de 14 janeiro em Diário da República

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* deu início ao segundo ponto da ordem de trabalhos, que tinha como base o requerimento do CDS, BE e PSD. -----

Leu de seguida o Requerimento, dando a palavra aos requerentes. -----

O Deputado *Pedro Cardoso*, do CDS-PP, pediu esclarecimento para uma situação que tinha causado algum desconforto. Referindo-se à reunião do passado dia trinta de dezembro, informou que iria servir de emenda o prolongamento de horário, porque tinha havido questões que não tinham sido respondidas, sendo que tinha sido uma assembleia muito atípica, tendo tido oportunidade de falar sobre isso em comissão. Disse que no dia trinta de dezembro tinha havido uma questão feita ao executivo, relativamente ao mapa de pessoal e os lugares em aberto, não obtendo informação relevante sobre aquela matéria. Afirmou que, tendo em conta que durante quatro anos, os cargos estavam em vagatura, estando um só ocupado, era nomeado em comissão de serviço, depois do concurso aberto, alguém que tinha saído do poder executivo, que não conhecia matéria relevante sobre a sua intervenção no pelouro da freguesia no mandato anterior e que tinha sido nomeado em regime de substituição, até à abertura do concurso. Afirmou que aquela questão tinha que ser esclarecida para que não houvesse entropias, ou conversas paralelas, tendo a oportunidade de saber o porquê daquelas pessoas, e não outras, tendo em conta que o concurso estava aberto e no mandato anterior os lugares estavam em vagatura e qual seria a pressa de nomear, naquele momento, sobretudo alguém que tinha saído do executivo, para aquele tipo de nomeação. -----

A Deputada *Joana Amaral Grilo*, do BE, indicou que o BE tinha decidido acompanhar o pedido daquela assembleia extraordinária, porque achava que antes de entrar numa questão de acusação de promiscuidade política, devia ser debatida a questão, dando a voz ao Executivo, para esclarecer aquilo que se tinha passado, podendo haver uma justificação. Afirmou que o que tinha conseguido perceber era que tinha havido a contratação de um antigo vogal político, sabendo que havia verba para remuneração de órgãos políticos, como órgãos políticos, a tempo parcial ou a tempo inteiro e que isso fazia parte do normal funcionamento de uma Junta. Afirmou que os técnicos da Junta eram quem executa, não devendo haver promiscuidade entre órgãos políticos e quem

estava nos quadros. Questionou se não havia alguém, havendo necessidade extrema, ou urgência em ocupar esse lugar, que seria em regime de substituição, dentro dos próprios quadros, que pudesse ter esse papel de forma temporária, até o concurso estar resolvido.-

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, acrescentou que a bancada do PSD, na última assembleia, questionou porque havia tantas vagas existentes no quadro de pessoal, independentemente da categoria, não tinha sido dito que existia esse concurso. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, refere que sentia estranheza, porque constava da ordem de trabalhos da 7ª Sessão Ordinária do mandato anterior, realizada a cinco de fevereiro de 2021, a nomeação da composição do júri para abrir um concurso para chefe de divisão, e que aquela mesma assembleia tinha decidido não autorizar, porque entendia que por ser o último ano do anterior mandato não tinha legitimidade política para levar a cabo a abertura daquele concurso. Informou que tinha constado nas atas, enviadas com a devida antecedência aos senhores deputados, tendo ido à conferência de líderes, que legitimamente entendeu, que a assembleia de freguesia não tinha a legitimidade política para abrir concurso. Afirmou que na primeira oportunidade que a Junta de Freguesia tinha tido, tinha voltado a colocar novamente a mesma proposta, na primeira Assembleia de Freguesia do presente mandato, com uma legitimidade renovada. Afirmou que se se tivesse iniciado aquele processo no mandato anterior, não estariam naquela situação naquele momento. -----

Afirmou, em segundo lugar, que quando se falava que a Sessão da Assembleia de Freguesia sido longa, lembrou que a ordem de trabalhos era enviada com a devida antecedência, nos termos do regimento, tendo ainda o cuidado de estar presente na Comissão de Líderes, no sentido de puderem falar sobre a ordem de trabalhos. Recordou ainda que em fevereiro, justamente numa reunião preparatória da assembleia com a Comissão de Líderes, que aquela Comissão entendeu que, embora tenha havido muitas juntas de freguesias que tinham feito concursos para chefes de divisão com toda a legitimidade, achava por bem não abrir aquele procedimento. Afirmou que não podiam evocar depois contra a Junta de Freguesia, tendo a legitimidade renovada, pelo facto de ter acabado de ganhar as eleições, de naquele momento abrir concurso, não tendo sido permitido no mandato anterior. Informou ainda que os lugares de vagatura de 2019 e 2020, quando tinha sido feita a nomeação em regime de substituição, nunca a Assembleia tinha levantado aquela questão. Informou que a nomeação em regime de substituição,

desde que cumpridos os requisitos previsto na Lei, que eram ter licenciatura, ser funcionário publico e ter quatro anos de função, não havia mais critérios, tirando o sentido de oportunidade do dirigente máximo que pretendia proceder a essa nomeação. Afirmou que o processo já estava a avançar, após a nomeação do júri pela Assembleia. Informou que o júri já estava a reunir, que era soberano, tinha sido proposta da Junta, mas aprovado por unanimidade, para definir os critérios do procedimento concurso, para que fosse possível, assim que houvesse uma primeira ata, proceder às devidas publicações, colocando a concurso os cargos, aos quais, quem entendesse, se podia candidatar. Informou que não constituiu causa de exclusão ou impedimento, o facto de alguém ter exercido funções políticas, não poder ser nomeado no mandato seguinte, para chefe de divisão. Informou que a urgência da nomeação, apesar de já haver outra nomeação, sem que essa publicação no Diário da República, aparentemente não constituir problema para os partidos da oposição, era o da piscina, que referiu estar a ser usada por mais de mil pessoas, que era tecnicamente complexa e que devia ser gerida por alguém que percebesse e que tivesse experiência na área, que era circunstância da pessoa que decidiu nomear para o cargo. Afirmou que não existia impedimento ou exclusão, alguém que tivesse exercido funções políticas anteriormente, sendo que era um trabalhador do quadro da Câmara Municipal de Lisboa, funcionário público, licenciado e tinha quatro anos de exercício na função que exige licenciatura. Afirmou que não havia nenhum juízo de oportunidade que podia ser feito relativamente ao assunto. Relembrou que os senhores deputados também já tinham participado e eram testemunhas, a maior parte das nomeações em regime de substituição não eram seguidas de abertura de concurso conforme estipulado na lei, no prazo de seis meses e que naquele caso em concreto já estavam muito mais adiantados. Relembrou também que já tinha sido nomeado o júri, já estavam a ser dados os passos necessários, esperando para o mês de fevereiro, a publicação dos anúncios para a abertura do procedimento. Afirmou que as nomeações, em regime de substituição, foram para despacho no final do mês de outubro, mas que o coordenador técnico estava de baixa há algum tempo, havendo uma série de publicações no início do mandato que tinham de ser feitas, havendo uma nomeação que tinha sido publicada no Diário da República de 16 de dezembro e tinha havido outra que ficou mais para trás e que só tinha sido enviada a 22 de dezembro, frisando que o envio para Diário da República não significava que fosse imediatamente publicada. Relembrou que foi



enviada para Diário da República antes da Assembleia de 30 de dezembro, portanto antes da aprovação da composição do júri. Afirmou que não existia nada mais público do que a publicação em Diário da República, nunca tendo ouvido alguém queixar-se da nomeação de chefes de divisão em regime de substituição, quer a Divisão de Administração Geral, em 2017, quer da Divisão de Gestão Territorial antes da Assembleia. -----

O Deputado **Pedro Cardoso**, do CDS-PP, afirmou que não estavam em tribunal nem em registo de acusação, senão haveria outro tipo de linguagem, mas sim para descortinar o trabalho da Junta de Freguesia. Afirmou que tinha ficado a saber naquele momento, que já estava feita a nomeação em outubro, mas que a 30 de dezembro, questionando a Senhora Presidente sobre o mapa de pessoal, nada tinha respondido. Afirmou que quando se tinha questionado poderia ter respondido que iria sair em Diário da República as nomeações dos cargos de chefes de divisão. -----

Em relação à urgência da nomeação, disse que não percebia porque a piscina já tinha sido aberta há mais tempo, não entendo essa urgência e não contestava a legalidade. ----

Afirmou que quando a Senhora Presidente tinha referido que não havia preocupação com as restantes nomeações, não ser verdade, até porque um deles, nos quatro anos anteriores acompanhava as comissões de líderes e assembleias e que era normal a transição. Afirmou que não era normal outros cargos de chefes de divisão, não estando ocupados, suscitava algum tipo de promiscuidade, dizendo que nada impedia, mas que a política se fazia com ética e que sair do executivo da própria freguesia e assumir o cargo de chefe de divisão, pessoalmente, não aceitaria, não tendo nada contra, pessoalmente nem legalmente, mas que podia suscitar diversas questões. Afirmou que não existiria a dúvida se na assembleia tivessem sido informados que os cargos em aberto de chefes de divisão já estavam nomeados e qual seria o horizonte temporal do concurso. -----

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, afirmou que nunca as bancadas do PSD duvidaram da legitimidade do concurso, afirmando saber os caminhos que deviam seguir numa contratação pública. Relembrou que na comissão de líderes que a Senhora Presidente referiu, tinha existido uma grande pressão da parte da Senhora Presidente para que a Assembleia se realizasse antes do fim do ano. Afirmou que os líderes concordaram que a Assembleia fosse dia 30, devido à urgência da aprovação do orçamento. -----

Afirmou que teria sido de bom tom a Senhora Presidente ter respondido, aquando questionada mais abertamente à questão que tinha sido colocada, porque entendia que conforme havia estes concursos que tinham sido abertos para chefes de divisão, também existiam outros concursos que podiam ser abertos para ocupação daquelas vagas de assistentes operacionais, com 11 vagas por preencher, lembrando que existiam muitos funcionários na Junta a recibos verdes que os podiam ocupar, abrindo mais vagas a pessoas externas, até do Centro de Emprego. Afirmou que era naquele sentido que se podia colmatar as falhas que existem na higiene urbana a nível de funcionários. -----

A Deputada **Ana Calado**, da CDU, afirmou que não existia justificação para a realização daquela reunião porque não havia nenhum problema legal ou administrativo na nomeação e conseqüente procedimento concursal. Em relação ao trabalho realizado pela pessoa em causa, não reconheciam condições para o cargo, mas que era uma opção legítima do executivo e iria lidar com as conseqüências daquela escolha. Informou que iriam continuar com a função de fazer fiscalização do trabalho do executivo, não se deixando enredar em quezílias daquele tipo, porque as prioridades eram o bem-estar e condições dos trabalhadores da Junta em vínculos precários, que afirmou afinal não serem sete, mas sim vinte e sete. -----

Afirmou que as assembleias não deviam ser banalizadas, por serem um espaço importante para discussão dos temas que verdadeiramente preocupam a população e onde os moradores tinham o seu espaço de intervenção e devia ser valorizado. -----

O Deputado **João Monteiro**, do Livre, felicitou o PS pelo resultado obtido nas últimas eleições, lamentando a baixa de eleitos do partido do PCP, por serem partidos reconhecidos por estarem ao lado da população. -----

Relativamente ao ponto em concreto da reclamação do CDS-PP, referiu que estava com bastante expectativa em relação aquela assembleia, para saber qual seria a reclamação, informando que ficou esclarecido com as respostas da Senhora Presidente. -

A Deputada **Sofia Peralta**, do CDS, parabenizou o Executivo pelo excelente resultado das últimas eleições. Afirmou, que conforme tinha dito a colega da CDU, não estavam ali para avaliar o currículo da pessoa em questão, mas estavam ali para opinar, pelo qual tinham sido eleitos, sobre o escrutínio que é feito ao erário público. Afirmou que estiveram a avaliar o currículo e estranhou aquela contratação. Afirmou ser legítima aquela contratação, como era a contratação de outras pessoas noutros cargos, mas que

eram contratadas sem ter os requisitos mínimos para desempenhar determinados cargos. Afirmou que podia haver outras valências para além do currículo apresentado, mas moralmente, sair do executivo e ir ocupar aquele cargo, sendo esse o motivo do protesto, enquanto ainda existiam vinte e sete trabalhadores precários na Junta de Freguesia. Era aquele motivo, enquanto representantes dos eleitores da freguesia, que queriam interrogar, para que as contratações que eram feitas fossem escrutinadas por todos. -----

O Deputado *António Neira Nunes*, do PS, perguntou à Senhora Presidente da Junta, se a nomeação em regime de substituição para chefe de divisão era da competência do dirigente máximo. Afirmou que essa substituição, quando existia um concurso, podia-se aceder a ele, saindo do local onde se encontra e ir para o cargo. Informou que se tratava de uma substituição e que era transitória e não contratação, porque essa pessoa era funcionário público e autarca, com currículo que era nomeado em regime de substituição, podendo ficar ou não no cargo. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, lembrou que na Assembleia anterior tinha afirmado que tinham acabado de decidir em reunião de Junta, a abertura de dois procedimentos concursais, um para auxiliares e outro para assistentes operacionais, afirmando que o tinham feito após reunião de Junta, para responder à questão da precariedade, inclusive após reunião com o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa e com outro sindicato. Afirmou que não se podia confundir a precariedade com o regime de substituição, porque não se tratava de uma contratação. Em relação à urgência da Assembleia não tinha absolutamente nada que ver com a proposta da aprovação da composição do júri, mas sim com questões contabilísticas. Afirmou que era muito diferente entrar no ano fiscal com orçamento aprovado no ano anterior ou de 2022, não tendo a urgência que ver com isso nem nunca o tinha referido. -----

Relembrando o que o eleito do PS tinha acabado de dizer, quem iria ficar era quem concorresse e quem ficasse em primeiro classificado, cabendo ao júri avaliar o currículo de quem concorresse. Reafirmou que a nomeação tinha de cumprir 3 requisitos, ser funcionário público, ser licenciado e ter 4 anos em função que exigia a licenciamento, reputando de adequado o currículo que tinha nomeado e não constituía qualquer impedimento, afirmando que não tinha mencionado isso. Informou que o mundo estava cheio de chefes de gabinete que passavam a Membros de Governo ou que eram nomeados para empresas. Afirmou que a única causa de escusa ou impedimento eram só ministros

que não podiam, durante dois anos, ir trabalhar na área que tutelavam. Indicou que não existiam uns mais éticos que outros. -----

Em relação à questão da piscina, era um tema suficientemente técnico e específico que implicava a requisição de pessoas com experiência nessa área, à semelhança do que tinha sido feito no anterior chefe de divisão da mesma área, que tinha depois optado por ir para outra autarquia. Reafirmou que formas de divulgação, não existia nada mais público do que a publicação em Diário da República. -----

A Deputada **Lourdes Borges**, do PSD, afirmou que ou se tinha explicado mal ou a Senhora Presidente tinha ouvido mal, uma vez que não tinha dito que a urgência na marcação da Assembleia tinha sido por causa do concurso e sim por causa do Orçamento.-

Em relação à pessoa em causa daquele concurso nunca tinha criticado e que até tinha um currículo muito bom para o cargo que exercia na Junta de Freguesia. O que se tinha colocado era, devido à questão colocada no dia 30, a Senhora Presidente não tinha respondido que o lugar já estava ocupado, independentemente se a pessoa já estava a concorrer ou se já estava no ativo, mas afirma que tinha um bom currículo e que conhecia a pessoa em causa. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a Sessão pelas vinte e duas horas e um minuto, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente, pelo Primeiro e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia. -----

O Funcionário



Alexandre Ribeiro

A Presidente da Mesa da
Assembleia de Freguesia



Maria Luisa Vicente Mendes

O Primeiro Secretário da Mesa da
Assembleia



João Carlos Ventura Ramos

A Segunda Secretária da Mesa da
Assembleia



Elsa Maria Noura do Sacramento

Ata aprovada por unanimidade na 4ª Sessão Ordinária de dia 21/09/2022